STJ00085655

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO **23**

Capítulo 1 – GOVERNANÇA DA ÁGUA E POLÍTICA NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS **31**

1.1 Governança – Aspectos Conceituais 31

1.1.1 Origens e evolução do conceito 31

1.1.2 Governança da Água: o discurso predominante 34

1.2 Governança e Participação na Gestão de Recursos Hídricos 40

1.2.1 Gestão integrada – água e os interesses dos envolvidos: Plataformas Multi-atores 40

1.2.2 Plataformas Multi-atores: Diálogo, Negociação ou Aprendizagem Social? 41

1.2.3 O respeito às diferenças: o discurso não é homogêneo 44

1.3 Governança e seus Diálogos 45

1.3.1 Governança e Direito 45

1.3.2 Governança e Sustentabilidade 49

1.4 Governança de Águas no Brasil 52

1.4.1 Águas no Brasil – principais questões e problemas 52

1.4.2 Histórico e mudança de paradigma na gestão de águas brasileiras 54

1.4.3 A Política Nacional de Recursos Hídricos – inovações e controvérsias 56

1.5 Opção de Governança da Água no Brasil – conclusões parciais 63

Capítulo 2 – SOBRE CONFLITOS **65**

2.1 Conflitos – aspectos conceituais 65

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

STJ00085655

2.1.1 Do Conceito 65
2.1.2 Classificações possíveis 68
2.2 Direito e sua Compreensão dos Conflitos 72
2.2.1 O fundamento filosófico do tratamento tradicional dos conflitos pelo Direito: o positivismo jurídico 72
2.2.2 A crítica ao positivismo jurídico e o Direito em busca de alternativas no tratamento de conflitos 74
2.2.3 As alternativas para tratamento dos conflitos na sociedade atual 80
2.2.3.1 Estabelecendo a relação entre a crise do Direito, a atuação do Judiciário e o (res)surgimento de métodos alternativos 80
2.2.3.2 Métodos Alternativos de Solução de Disputas 82
2.3 A Compreensão e o Tratamento dos Conflitos e sua Relação com o Direito – Conclusões parciais 88
Capítulo 3 – A MEDIAÇÃO 91
3.1 Aspectos Introdutórios 91
3.1.1 Das origens e dos motivos da atual valorização 92
3.1.2 Em direção a novos contextos? 94
3.2 Das Influências e dos Caminhos 96
3.2.1 Algumas escolas ou formas de se fazer mediação 96
3.2.1.1 Escola de Harvard ou enfoque americano de resolução de conflitos ou Tradicional /Linear 96
3.2.1.2 Enfoque Transformador 96
3.2.1.3 Enfoque Circular – Narrativo 98
3.2.2 Tipos de mediação 98
3.2.2.1 Mediação cidadã 99
3.2.2.2 Mediação institucional 99
3.3 Princípios da Mediação 100
3.3.1 Questões controversas sobre a imparcialidade 101
3.3.2 O equilíbrio de poder é necessário ou desejável? 102
3.4 Do Mediador 105
3.5 Do objeto: Quais conflitos podem ser mediados? 108
3.5.1 Limites legais 108

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

STJ00085655

3.5.2 Limites éticos 109

3.6 Diálogo entre Mediação e Negociação 110

3.7 O processo de Mediação 111

3.8 A Mediação Como nova Proposta de Tratamento de Conflitos – Conclusões parciais 113

Capítulo 4 – CONFLITOS AMBIENTAIS 115

4.1 Conflitos e Ambiente 115

4.1.1 Das premissas 116

4.1.2 Dos conceitos 117

4.2 O Conflito Ambiental e a Tensão entre Economia e Natureza 119

4.2.1 A tensão nos movimentos ambientalistas 120

4.2.2 Outras formas de ver a tensão 122

4.2.2.1 Pela ótica evolucionista, da economia, ou do estruturalismo construtivista? 122

4.2.2.2 Pela economia ecológica ou pela ecologia política? 123

4.3 Exemplos de Conflitos Ambientais no Brasil e suas Dinâmicas 124

4.4 Conflitos Ambientais e seus Diálogos 127

4.4.1 Conflitos ambientais e governança 127

4.4.2 Conflitos ambientais e o Direito 129

4.5 Os Conflitos Ambientais e seus Paradoxos – Algumas conclusões parciais 131

Capítulo 5 – MEDIAÇÃO DE DISPUTAS AMBIENTAIS 135

5.1 É Possível Mediar Disputas Ambientais? 135

5.1.1 As vantagens da mediação no tratamento de disputas ambientais 136

5.1.2 É possível negociar sobre os bens ambientais? 138

5.1.3 A arbitragem aplicada às questões ambientais e seus argumentos 139

5.1.4 O Compromisso de Ajustamento de Conduta e sua justificação no Direito Ambiental Brasileiro 140

5.2 A Mediação Ambiental no Brasil: Limites legais e éticos 143

5.2.1 Dos limites legais 143

5.2.2 Dos limites éticos 144

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

STJ00085655

5.3 Algumas Experiências e Formas de Utilização de Ferramentas da Mediação para tratar Disputas Ambientais 150

5.3.1 Europa 150

5.3.2 EUA 156

5.4 A Mediação nas Disputas Ambientais – Algumas conclusões parciais 157

Capítulo 6 – MEDIAÇÃO AMBIENTAL NA PNRH 161

6.1 Política Nacional de Recursos Hídricos e Conflitos 161

6.1.1 Democracia, participação e descentralização 161

6.1.2 Disputas e a Gestão de Recursos Hídricos no Brasil 163

6.1.3 Dos diversos âmbitos de negociação dentro do gerenciamento de Recursos Hídricos 165

6.2 A PNRH Como espaço de Tratamento de Conflitos entre Usuários de Recursos Hídricos 166

6.2.1 Dos antecedentes históricos e legais 167

6.2.2 Das Legislações Estaduais 168

6.2.3 A arbitragem como competência do CBH 170

CONCLUSÃO 175

REFERÊNCIAS 179

ÍNDICE ALFABÉTICO 189

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br